

Revista

**FEBASE**

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano III  
N.º 26  
1,50 €  
Outubro de 2012

Diretor: Delmiro Carreira





Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Horácio Oliveira – SBSI  
Pereira Gomes – SBN

**Conselho editorial:**  
Constança Sancho – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Rui Santos

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 062/090  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 68.000 exemplares  
(sendo 3.500 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

sumário

**CONTRATAÇÃO** | Banca  
**Revisão do ACT do setor bancário: negociação prevê-se longa e difícil** **4**

Conselho Geral da Febase aprova proposta sindical de novo ACT **5**

Ex-trabalhadores do Banif mantêm direito aos SAMS **6**

Reunião com BCP a 5 de novembro **6**

Solicitada reunião à administração da Parvalorem **6**

BPN/BIC anuncia despedimento coletivo **6**

**ATUALIDADE** | Social  
Quando o povo sai à rua **7**

**dossiê**  
Maioria dos fundos de pensões com rentabilidade negativa **8**

Bancos complementam reforma da Segurança Social **8**

Banco de Portugal mantém fundo **10**

**SINDICAL** | Atualidade  
Criação do Fórum de Sindicatos já está em marcha **15**

Sindicatos recebem delegação da Jordânia **15**

Plenários das Uniões distritais da UGT saúdam luta dos trabalhadores portugueses **16**

Protesto sindical europeu está em marcha **17**

Jornada mundial pelo trabalho digno **18**

**ATUALIDADE** | Cooperativismo  
Coopbancários estende vantagens à Febase **20**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional  
Pescas: Rui Prata ganha em casa e repete título nacional de 2010 **21**

Caminhadas: a FEBASE continua a desafiar **23**



24

| Bancários Norte



26

| Bancários Centro



28

| STAS Actividade Seguradora



31

| Bancários Sul e Ilhas



Texto: **DELMIRO CARREIRA**

## A importância da contratação coletiva em épocas de crise

Conforme se dá conta nesta edição, as negociações para a celebração de um novo ACT para o setor bancário já se iniciaram. Serão longas e difíceis, afirma o secretariado da Febase.

Entre as pretensões patronais que "surfam" a onda da retirada de direitos por tudo e por nada, e as legítimas pretensões sindicais de manter conquistas contratuais obtidas por várias gerações de bancários, acredito que será possível encontrar o meio-termo que preserve o que é essencial para a estabilidade social e bem-estar dos trabalhadores, condições básicas para que a produtividade no setor permaneça elevada e contribua para instituições de crédito sólidas.

Os Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho do setor bancário possuem alguns pilares fundamentais que têm de integrar o núcleo do clausulado essencial não suscetível de alterações gravosas. É o caso de:

- **Crédito para aquisição de habitação própria**, que tem permitido a muitos milhares de bancários constituir como que um verdadeiro "Plano Poupança Reforma", pois chegando aos 65 anos sem encargos com amortizações ou rendas de casa, têm uma almofada para os proteger da redução de rendimentos associada à passagem à situação de reforma, ainda que sujeitos às investidas de um IMI que ataca cegamente;

- **Planos Complementares de Reforma** que garantem, como o seu próprio nome indica, um complemento à

pensão do regime geral da Segurança Social para os bancários no ativo, ainda que sob fórmulas diferentes conforme o momento da admissão na banca. Quando se assiste, na grande maioria dos países, a mexidas no cálculo das pensões de reforma que as fazem diminuir, estes complementos garantem algum conforto – embora o saque através do IRS não os poupe. A dimensão destas responsabilidades dos fundos de pensões está bem patente no dossiê que publicamos neste número;

- **Garantia de alguma progressão salarial** em função da antiguidade, seja por via de progressões obrigatórias ou atribuição de diuturnidades. O fundamental é assegurar que, independentemente de aumentos gerais das remunerações, o trabalhador não termina a sua carreira no banco com o mesmo salário com que foi admitido, caso tenha uma antiguidade razoável;

- **Proteção na doença através dos SAMS**. Será uma das bandeiras mais emblemáticas do atual ACT e por isso insuscetível de ser alterada para pior. A proposta das IC abre caminho a uma justa revisão, correspondendo em parte a uma reivindicação sindical com alguns anos. Urge aprofundar a discussão e tornar o ACT em matéria de SAMS mais equitativo.

Estas são algumas áreas fundamentais da nossa contratação coletiva. Outras existem, mas estes pilares são decisivos para a justiça social no setor bancário. ■



## Revisão global do ACT do setor bancário

# Negociação prevê-se longa e difícil

TEXTO: INÉS F. NETO

Ao fim de três sessões confirmou-se a expectativa da Febase: as negociações para a revisão global do ACT do setor bancário, denunciado pelas instituições de crédito, serão longas e difíceis, face às divergências profundas que separam as partes em matérias importantes para os bancários.

As negociações entre a Febase e o grupo negociador das instituições de crédito subscritoras do ACT do setor bancário iniciaram-se a 12 de setembro e, segundo a calendarização acordada, as sessões serão quinzenais.

Nas três reuniões já realizadas, as partes iniciaram a leitura, cláusula a cláusula, dos dois documentos em análise: a proposta de ACT das instituições

de crédito e a resposta da Febase, aprovada pelo Conselho Geral da Federação. Esta abordagem continuará nas próximas sessões, sendo previamente estabelecidas as cláusulas a analisar na reunião seguinte.

A metodologia que está a ser seguida é inovadora face a anteriores negociações, já que o objetivo desta primeira leitura é apenas acordar quais as cláusulas que à partida não merecem contestação de qualquer das partes e qual o grau de dificuldade em encontrar uma plataforma de consenso para as restantes.

Esta metodologia foi acordada por se considerar ser vantajoso separar desde logo o conjunto de cláusulas que não suscitam conflitualidade e remeter as restantes para uma segunda fase, que se iniciará assim que terminar a primeira leitura dos documentos.

O resultado das sessões ocorridas permite concluir que a esmagadora maioria das cláusulas alvo de análise incluem-se no segundo grupo, ou seja, aquelas em que se antevê elevada dificuldade na obtenção de acordo.

Esta situação não surpreende a Febase que, como tinha já afirmado, prevê uma negociação longa e difícil, dada a posição assumida pelas instituições de crédito.

Apesar de afirmar não pretender afastar da convenção todos os direitos dos trabalhadores consagrados no ACT, a verdade é que à mesa de negociações o grupo negociador ainda não demonstrou, na prática, a sua boa vontade. De facto, das 20 cláusulas já analisadas todas as que são consideradas mais importantes para a Febase encontram-se na área de desacordo profundo.

Nova reunião está agendada para a próxima semana. ■

## Resposta à denúncia da convenção coletiva pelas IC

# Conselho Geral da Febase aprova proposta sindical de novo ACT

Os conselheiros da Febase aprovaram, por esmagadora maioria e com apenas uma abstenção, a proposta do Secretariado da Febase de resposta à denúncia do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) apresentada pelo grupo negociador da banca

TEXTO: INÉS F. NETO

O Conselho Geral da Febase reuniu-se dia 14 de agosto, em Lisboa, tendo na ordem de trabalhos, entre outros pontos, a "discussão e votação da proposta de resposta sindical à proposta das instituições de crédito de revisão do ACT para o setor bancário". Na sessão, os conselheiros discutiram e votaram a proposta de novo ACT apresentada pelo Secretariado da Federação, que resulta do profundo trabalho realizado pelo Pelouro da Contratação após a denúncia da convenção coletiva do setor pelas instituições de crédito subscritoras.

"Pela primeira vez em muitos anos, não temos uma revisão do clausulado mas a reconstrução do ACT", sublinhou Rui Riso no início da sessão. Falando enquanto secretário-geral da Febase, o dirigente lembrou que a convenção coletiva tem sofrido alterações e adaptações em resposta a circunstâncias legislativas, mas agora os sindicatos foram surpreendidos pela denúncia do acordo pela banca. "Vamos começar do zero, mas não podemos deixar de lado o passado", frisou.

Paulo Alexandre, coordenador do Pelouro da Contratação, explicou que a proposta da banca, apresentada no âmbito da APB, vai no sentido de pôr em causa a esmagadora maioria do atual ACT, nomeadamente as cláusulas de efeito automático e sobre a atividade sindical. "Esta é uma proposta que tudo nos quer retirar", frisou.

Como "contrapartida", propõe uma antiga reivindicação sindical: a contri-



buição patronal para os SAMS ser feita *per capita* e não por percentagem sobre o vencimento do trabalhador, como hoje acontece.

## Proposta sindical

Relativamente à resposta sindical, Paulo Alexandre adiantou: "Apresentamos uma proposta que tenta, nas atuais condições, salvar o que temos hoje".

A proposta da Febase tem por base o atual ACT, mas também outras convenções em vigor no setor, nomeadamente o Acordo de Empresa do Banco de Portugal. "A nossa proposta é equilibrada", disse Paulo Alexandre, referindo que foram eliminadas do clausulado algumas questões que perderam importância para continuarem a figurar numa convenção, pois algumas das quais estão já contempladas na lei geral.

Entre as novidades, o coordenador do Pelouro da Contratação referiu a eliminação da indexação da isenção de horário de trabalho ao valor do trabalho suplementar, bem como o alargamento das promoções por mérito a todos os trabalhadores, propondo-se que abranjam 15% dos trabalhadores entre os níveis 5 e 9 e entre os níveis 10 e 17, de forma a que ninguém seja prejudicado.

É também proposta uma cláusula sobre a obrigatoriedade do registo de trabalho suplementar e a uniformização entre o clausulado do ACT e o regulamento sobre o crédito à habitação.

Relativamente aos SAMS, a Febase quer eliminar a célebre frase que faz depender a existência dos serviços médico-sociais da integração dos trabalhadores bancários no Serviço Nacional de Saúde (cláusula 144.ª, n.º 1).

## Esmagadora maioria

Após a discussão da proposta da Febase – que contou com a intervenção de cerca de uma dezena de conselheiros e diversas explicações por parte do Secretariado – procedeu-se à votação do documento.

No momento da votação, e segundo informação da Mesa, estavam presentes na sala 83 conselheiros, número suficiente para validar o resultado.

A proposta da Febase de um novo ACT do setor bancário foi aprovada por esmagadora maioria (incluindo os conselheiros do Mudar), sem nenhum voto contra e com apenas uma abstenção.

O documento foi entretanto enviado às instituições de crédito que subscreveram a denúncia do ACT, e está já em análise pelas partes em sede da Associação Portuguesa de Bancos (APB). ■



No âmbito do processo de rescisão de contrato

## Ex-trabalhadores do Banif mantêm direito aos SAMS

Textos: **INÉS F. NETO**

Os sindicatos decidiram manter o direito aos SAMS aos ex-trabalhadores do Banif que, no âmbito do processo de rescisão de contrato proposto pelo banco, se encontram em situação de desemprego.

Recorde-se que em junho o Banif iniciou um processo de reestruturação interna, propondo a cerca de 280 trabalhadores a rescisão amigável do contrato de trabalho.

Muitos dos trabalhadores abrangidos consideraram determinante para a aceitação da proposta a possibilidade de manutenção dos SAMS, o que levou os

sindicatos a estudarem a viabilidade de tal pretensão.

Nesse sentido, decidiram manter a assistência médica àqueles trabalhadores, desde que as suas contribuições e as da entidade patronal continuassem a ser asseguradas.

A proposta sindical foi aceite pela administração do Banif e foi alvo de um protocolo assinado entre as partes, pelo que os trabalhadores que rescindam o contrato de trabalho ao abrigo do processo de reestruturação mantêm o direito aos SAMS enquanto estiverem em situação de desemprego. ■

## Reunião com BCP a 5 de novembro



A Febase vai reunir-se com a administração do BCP a 5 de novembro para debater a situação laboral no banco.

Desde março que a Federação vinha sucessivamente solicitando reuniões à administração do BCP, sem que o banco avançasse uma data. Finalmente, nos primeiros dias deste mês foi agendado o encontro para o início de novembro.

Inicialmente, a Febase pretendia debater a adaptação do ACT do BCP ao Código do Trabalho de 2009, bem como a transposição, para a convenção, das situações de união de facto, a exemplo do que já acontece na restante banca.

Mas face às notícias vindas a público de que o banco pretende libertar-se de um conjunto significativo de trabalhadores – entretanto corroborado em entrevista pelo seu presidente – a Federação pretende agora discutir, também, a situação laboral no BCP.

## Solicitada reunião à administração da Parvalorem

Face às informações vindas a público sobre um eventual processo de despedimento coletivo na Parvalorem, a Febase solicitou uma reunião com caráter de urgência ao Governo e à administração da empresa.

A secretária de Estado do Tesouro e Finanças, governante que tem acompanhado o processo, respondeu à Federação remetendo qualquer esclarecimento para a administração da empresa.

De imediato, a 18 de setembro, a Febase fez um novo pedido de reunião

à Parvalorem, fazendo-o acompanhar da resposta de Maria Luís Albuquerque.

Entretanto, realizou-se em Lisboa uma reunião dos trabalhadores da Parvalorem, para a qual o SBSI foi convidado, onde foram prestados esclarecimentos aos trabalhadores sobre a situação da empresa.

Encontro de caráter semelhante terá decorrido no Porto, mas sem que os sindicatos tivessem sido convidados a estar presentes. ■

## BPN/BIC anuncia despedimento coletivo

A Febase reuniu-se com a administração do BPN/BIC, num encontro solicitado pelo banco.

Na reunião, a direção de recursos humanos informou a Federação de que durante o mês de dezembro o BPN/BIC vai iniciar o processo de despedimento coletivo decorrente do acordo-quadro assinado com o Governo.

A Febase contactou imediatamente a Comissão Nacional de Trabalhadores do BPN, a quem transmitiu a informação e colocou à disposição da estrutura todo o apoio necessário para a defesa dos trabalhadores, nomeadamente a nível jurídico. Recorde-se que, nos termos da lei, é a esta estrutura que compete acompanhar todo o processo de despedimento coletivo. ■

## Quando o povo sai à rua

O Governo pretendeu alterar a Taxa Social Única (TSU) e o povo saiu à rua, numa das maiores manifestações da Democracia portuguesa. Ganhou o recuo da medida.

Um mês depois, a 15 de outubro quando o Orçamento do Estado para 2013 foi apresentado no Parlamento, ficou a saber o custo que o Executivo lhe cobrará pela retirada estratégica

Textos: **ELSA ANDRADE**

Foi um sobressalto cívico ou o fim da resignação. A qualificação pouco importa. A verdade é que a 15 de setembro os portugueses saíram à rua para demonstrarem claramente que o Governo tinha ido longe demais.

Os portugueses aceitaram com uma surpreendente dose de conformismo (estoicismo?) os sacrifícios exigidos pelo cumprimento do Programa de Ajustamento negociado entre o Estado e os credores internacionais (CE, BCE e FMI). O discurso político da inevitabilidade de medidas de austeridade, repetido à exaustão pelos media, cumpriu com extrema eficácia o seu objetivo: os portugueses interiorizaram a necessidade do esforço individual e coletivo para resgatar o País.

Resistiram com gritantes dificuldades à escalada do desemprego, aos cortes de salários e pensões, à subida dos impostos, à perda de poder de compra, ao aumento das taxas moderadoras na saúde, aos cortes na educação e nas prestações sociais, à redução (em tempo e valor) subsídio de desemprego.

Mas quando, sob o eufemismo do "choque de competitividade", o Primeiro-Ministro avançou com a ideia de um corte permanente de 7% nos salários dos trabalhadores através da Taxa Social Única (TSU) e a sua transferência direta para as empresas, em simultâneo com a descida de 5% da mesma taxa para os empregadores, a reação não se fez esperar.

Ao anunciar, no seu discurso de 7 de setembro, uma medida absolutamente experimental só explicada por uma visão ultraliberal de esmagamento dos custos do fator trabalho, Pedro Passos Coelho



quebrou o já débil laço que ligava a população ao Governo e mantinha ainda alguma aceitação pelas medidas de austeridade.

Nos dias seguintes, o ministro das Finanças anuncia que serão necessárias mais medidas de austeridade em 2013 e são divulgados os indicadores sobre a execução orçamental: contra o objetivo de 4,5% em 2012, o défice para o primeiro semestre ficou entre os 6,7% e os 7,1%, tornando inviável o cumprimento do compromisso assumido com os credores internacionais.

A execução orçamental esclareceu uma perceção latente: a austeridade não atinge todos e não há equidade nas medidas tomadas. O Governo revelou-se incapaz de mexer nas chamadas "gorduras" do Estado e de negociar alterações nas rendas excessivas das grandes empresas de setores protegidos. Em contrapartida, pretendia retirar a quem trabalha 7% do seu salário e entregá-los aos patrões – com estes a manifestarem-se contra a medida, temendo o seu reflexo no já muito depauperado poder de compra e, consequentemente, no consumo.

Este conjunto de acontecimentos marcou uma trajetória de viragem no comportamento coletivo dos portugueses. Em poucos dias, o conformismo cedeu lugar à revolta e o crescendo de indigna-

ção desaguou no amplo protesto de 15 de setembro, que levou à rua das principais cidades do País milhares e milhares de pessoas.

Numa iniciativa que escapou às organizações políticas e sociais, promovida através das redes sociais, a manifestação nacional foi transversal à sociedade portuguesa: união no protesto trabalhadores, desempregados e reformados, jovens e idosos, comerciantes e pequenos empresários, operários, médicos e professores, famílias inteiras. À medida que as horas passavam, mais e mais pessoas chegavam, transformando as ruas em enormes caudais de gente.

O Governo recuou e deixou cair a medida na TSU. Pelo meio, registaram-se ainda episódios infelizes como as "queixas" governamentais pela "incompreensão" dos empresários ao virtuosismo da medida e a desastrosa intervenção do assessor António Borges.

Mas a 3 de outubro o ministro das Finanças volta à cena para anunciar um "enorme" aumento de impostos em 2013, como o próprio o classificou. O custo da nova austeridade para cada português soube-se concretamente a 15 de outubro, quando foi apresentado o Orçamento do Estado para 2013. Precisamente um mês depois de o povo ter saído à rua para dizer basta. ■



# Maioria dos fundos de pensões com rentabilidade negativa

As Comissões de Acompanhamento dos Fundos de Pensões da banca reuniram-se ao longo do ano para analisarem, em cada sessão, os relatórios atuariais de 2011 e demais documentação. A revista "Febase" divulga os aspetos mais relevantes dos fundos do BCP, Banco de Portugal, BPI, Crédito Agrícola Mútuo e Caixa Económica da Misericórdia da Angra do Heroísmo. Em próxima edição serão revelados os dados relativos aos fundos de outras instituições

Textos: **INÉS F. NETO**



analisado pela respetiva Comissão de Acompanhamento, de que fazem parte representantes dos sindicatos.

Nesse âmbito, ao longo deste ano as diversas Comissões têm realizado reuniões para examinar a situação da cada fundo. Os sindicatos foram assessorados pela equipa do Professor Pereira da Silva, reconhecido especialista nesta matéria.

As mudanças ocorridas relativamente à integração dos bancários no regime geral estão refletidas na documentação analisada. No que diz respeito à passagem das responsabilidades com os reformados e pensionistas para a Segurança Social, as mesmas aparecem concretizadas nos casos do BCP e do BPI, enquanto na CAM não se verificam alterações pois esta instituição já se encontrava abrangida pelo regime geral. No Banco de Portugal a situação mantém-se porque o fundo não foi transferido.

Nestas páginas, a revista "Febase" divulga os aspetos mais relevantes dos

fundos de pensões do BCP, Banco de Portugal, BPI, Crédito Agrícola Mútuo e Caixa Económica da Misericórdia da Angra do Heroísmo (CEMAH).

## Rentabilidade das carteiras

Entre os dados mais significativos, destaque-se a rentabilidade das carteiras destes fundos, cujo resultado do exercício foi negativo, com exceção da do Crédito Agrícola Mútuo (ver quadro). Mas a equipa de Pereira da Silva considera que tratando-se de avaliações de longo prazo, os resultados financeiros das carteiras "poderão vir a recuperar nos anos futuros, por forma a superar a taxa média utilizada para descontar os passivos". E tendo em conta o 'benchmark' das carteiras, considera verifica-se "uma adequada relação entre ativos financeiros de cobertura e responsabilidades atuariais" dos fundos de pensões do Banco de Portugal e do BPI. ►

A documentação sobre a evolução dos fundos de pensões da banca relativos a 2011, nomeadamente os relatórios atuariais, revela já as alterações ocorridas nos últimos anos no regime providencial do setor bancário.

Ou seja:

- em finais de 2008 foi celebrado o primeiro Acordo Tripartido entre sindicatos, Associação Portuguesa de Bancos (APB) e Governo, que permitiu o entendimento necessário para dar forma ao diploma de 2009, que estabeleceu a entrada automática dos novos bancários no regime de proteção pública;

- a 20 de outubro de 2010, um segundo Acordo estabelece a integração dos bancários no ativo (inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de março de 2009) no regime geral da Segurança Social;

- por fim, em dezembro de 2011, e face à necessidade do Governo de receitas extraordinárias para cumprir o défice, as partes acordaram a integração dos bancários reformados na Segurança Social (corporizada no Decreto-Lei n.º 1-A/2011 de 3 de janeiro) e a passagem dos fundos de pensões de 17 instituições para a esfera do Estado (Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro).

De acordo com a lei, o fundo de pensões de cada instituição deve ser anualmente

## Bancos complementam reforma da Segurança Social

Desde janeiro deste ano, a Segurança Social é responsável pela proteção dos bancários nas eventualidades de parentalidade, velhice, doença profissional e desemprego. Mas os fundos de pensões dos bancos continuam a assegurar os encargos com os SAMS, as situações de doença, invalidez e morte – e, ainda, quando devido, o complemento de reforma resultante da aplicação dos IRCT do setor bancário

Acompanhar a evolução dos fundos de pensões das instituições de crédito mantém toda a pertinência, pois estes continuam a assegurar um conjunto de eventualidades que não foram transferidas para o Estado.

Importa referir que, contrariamente ao que por vezes transparece em determinadas análises divulgadas pela comunicação social, o setor bancário no seu conjunto (instituições de crédito e trabalhadores) descontam o mesmo que os restantes setores de atividade para

as mesmas eventualidades cobertas pela Segurança Social.

Por exemplo, a pensão de invalidez mantém-se a cargo dos bancos até aos 65 anos, não existindo alteração ao cálculo da pensão de sobrevivência, do subsídio por morte e do benefício de saúde (SAMS).

Recorde-se que os dois primeiros Acordos Tripartidos entre Sindicatos, bancos e Governo asseguraram a integração na Segurança Social dos novos bancários e dos bancários no ativo.

Posteriormente, a 21 de dezembro de 2011, a Federação do Setor Financeiro – Febase, o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos (APB) assinaram o terceiro Acordo Tripartido sobre Segurança Social no setor bancário, que contemplou a transferência dos fundos de pensões da banca para o Estado e a integração na esfera da Segurança Social dos atuais reformados e pensionistas.

O protocolo celebrado dizia respeito aos fundos de pensões de 17 instituições de crédito, entre as quais os dos principais bancos privados portugueses, e abrangeu cerca de 27 mil reformados e pensionistas inscritos na antiga CAFEB.

Assim, e conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 1-A/2011 de 3 de janeiro, os trabalhadores bancários que se encontram no ativo, inscritos na CAFEB e admitidos no setor antes de 3 de março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo regime geral da Segurança

Social. Desta forma, foi transferida para a esfera do Estado a proteção das eventualidades de parentalidade e a velhice, bem como a proteção de doença profissional e desemprego.

No entanto, todos os trabalhadores continuam a estar abrangidos pelos SAMS e pelos fundos de pensões para as restantes eventualidades – doença, invalidez e morte – e pensão complementar.

Ou seja, o pagamento da pensão de reforma por velhice passa a ser repartido entre a instituição de crédito e o Centro Nacional de Pensões.

Tal implica alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões: até à data da transição manteve-se a totalidade da pensão prevista no ACT a cargo dos bancos; desde aquela data, a responsabilidade dos fundos de pensões diz respeito apenas à pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

## Transferência para o Estado

Por outro lado, no final de 2011 os bancos e a Associação Portuguesa de Bancos (APB) acordaram com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas às pensões em pagamento, concretizado no Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro.

De acordo com esta legislação, apenas são transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 previstas no regime de Segurança Social substitutivo, ou seja, no que decorre da aplicação do ACT.

Os bancos mantêm as responsabilidades decorrentes de possíveis atualizações futuras do valor das pensões e pensões de sobrevivência.

Os pressupostos acordados com a transferência foram: taxa de desconto de 4%; tábua de mortalidade TV88\_90 para as mulheres e TV77\_77 ajustada de menos um ano para os homens; e crescimento das pensões de 0%. ■

► Relativamente aos fundos do BCP e da CEMAH, recomendam que "a carteira de ativos financeiros deve ser acompanhada no sentido de ir ajustando a rentabilidade efetiva (num período de três anos) à taxa de juro técnica utilizada para descontar as responsabilidades atuariais, tendo em

Contrariamente ao que por vezes transparece em determinadas análises divulgadas pela comunicação social, o setor bancário no seu conjunto (instituições de crédito e trabalhadores) desconta o mesmo que os restantes setores de atividade para as mesmas eventualidades cobertas pela Segurança Social

conta o risco da dívida soberana e a evolução da taxa de juro de mercado".

Em particular, no caso da CEMAH consideram que "para o reequilíbrio financeiro do fundo num horizonte de longo prazo, é necessário não só que as taxas de rentabilidade anuais convirjam para a taxa técnica (5,5%) que é usada para descontar os passivos, mas também concretizar o pagamento das contribuições normais e executar o plano de amortização acordado".

Em conclusão, os especialistas sublinham, de uma forma geral, a necessidade de se monitorizarem os desvios atuariais e financeiros de forma a controlarem as diferenças entre as dinâmicas das componentes de longo prazo ligadas à mortalidade e à taxa técnica de desconto das responsabilidades e as componentes de curto prazo ligadas ao crescimento dos salários e pensões e à taxa de rentabilidade da carteira de ativos financeiros.



#### BCP

No fundo de pensões foram incluídas as responsabilidades da entidade patronal com o pagamento de pré-reformas e respetivos encargos com o regime geral da Segurança Social.

### Dados financeiros

		BCP	BPI-FA	BPI-FF	CAM	CEMAH	TOTAIS	BdP	TOTAIS GERAIS
Valor atual	Ativos	1.071.875.000	8.336.040	345.459.034	32.687.774	7.638.853	1.465.996.701	492.327.797	1.958.324.498
Responsabilidades	Pensionistas	1.010.157.000	1.530.512	458.231.922	16.958.481	6.361.366	1.493.240.281	784.630.850	2.277.871.131
Serviços passados	Total	2.082.032.000	9.866.552	803.690.956	49.646.255	14.000.219	2.959.235.982	1.276.958.647	4.236.194.629
Composição carteira de títulos	Ações	57,76%	27,50%	49,50%	2,50%	10,60%		7,50%	
	Obrigações	*5,58%	53,10%	49,80%	78,70%	29,80%		78,60%	
	Liquidez	-	13,70%	28,70%	4,00%	56,40%		0,00%	
	Imobiliário	27,75%	2,20%	47,40%	0%	2,80%		13,90%	
	Inv. Alternativos	8,91%	3,50%	5,80%	14,80%	0,40%		0,00%	
	Provisão S.S.	-	-	-81,20%	0%	0%		0,00%	
	Total	100%	100%	100%	100%	100%		100%	
Rentabilidade Carteira		-0,65%	-0,70%		1,22%	-1,80%		-0,50%	

\* Inclui liquidez

Os fundos de pensões do BCP, cujos associados são nove empresas do Grupo, tinham atingido a 31 de dezembro de 2011 um nível de financiamento de

112,31%, cumprindo assim o rácio exigido pelo Banco de Portugal. As contribuições foram de 297.777.557 euros, integrando as dos participantes e o custo do ano.

Registe-se no entanto a exceção dos associados Osis, cujo fundo foi financiado a 89,9% (estando a decorrer um plano de amortização) e da F&C, financiado a 85,8%. ►

## Banco de Portugal mantém fundo

O Banco de Portugal (BdP) tem uma situação diferente das restantes instituições referidas nestas páginas, pois o seu fundo de pensões não foi transferido para o Estado.

O fundo de pensões assegura as reformas por invalidez presumível, invalidez e sobrevivência e o subsídio por morte. É ainda responsável pelo pagamento dos encargos a cargo da entidade patronal para com os SAMS.

O financiamento das responsabilidades com ativos e reformados é feito através do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e a entidade gestora é a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Em dezembro de 2010 foi constituído o Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida, com o objetivo de financiar o Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida. Trata-se de um plano criado em virtude das alterações aos Acordos de Empresa da instituição, publicadas em 22 de junho de 2009 no BTE. Em 31 de dezembro de 2011, o fundo abrangia 227 participantes e o seu valor era de 5,1 milhões de euros, dos quais 4,9 milhões de euros correspondem ao valor da Conta Reserva Associado.

No entanto, a informação analisada

na reunião de Acompanhamento e previamente alvo de estudo da equipa técnica que assessoria a Febase diz respeito apenas ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido, cujo único associado é o Banco de Portugal.

As contribuições efetuadas totalizaram 90 milhões de euros. No final do ano passado, o nível de financiamento era 98,29%, cumprindo assim o rácio mínimo.

#### Sete programas de benefícios

O Plano de Pensões do BdP contempla sete programas de benefícios: quatro planos base e três regimes de complementos remunerativos.

Assim, entre os planos base, o primeiro é um plano fechado não contributivo e integra os trabalhadores admitidos até 31 de dezembro de 1994. Prevê a atribuição de uma pensão de reforma correspondente à totalidade do último vencimento base acrescido das diuturnidades, nas situações de reforma por limite de idade, por invalidez e em certas situações de reforma antecipada, bem como na atribuição de uma pensão de sobrevivência aos familiares dos empregados falecidos no ativo ou na situação de reforma.

Já o segundo tipo de plano base, com início a 1 de janeiro de 1995, abrange, por um lado, trabalhadores que no momento da sua admissão (posterior àquela data) sejam abrangidos pelo ACT e que não tenham transitado de instituições de crédito subscritoras deste acordo em matéria de Segurança Social; e, por outro lado, os novos trabalhadores abrangidos pelo AE, até 3 de março de 2009.

Os participantes contribuem com uma taxa de 5% sobre as remunerações pensionáveis para o financiamento deste plano, que dá direito a uma pensão de reforma calculada em função do último vencimento base e proporcional ao tempo de serviço acrescido das diuturnidades, bem como a uma pensão de sobrevivência atribuída aos familiares, em caso de falecimento do empregado no ativo ou na situação de reforma. Está prevista a portabilidade dos direitos de pensão quando reunidas certas condições, mas não direitos adquiridos.

O terceiro plano base teve início em 1 de fevereiro de 1998 e destina-se a membros do Conselho de Administração em funções até 21 de fevereiro de 2007. Trata-se de um plano fechado a novas admissões e contributivo, apesar das contribuições terem terminado.



Os benefícios são fixados em função do tempo de serviço contado.

Por fim, o quarto plano base de pensões, não contributivo, aplica-se aos trabalhadores abrangidos pelo ACT que transitaram de instituições de crédito subscritoras daquele acordo em matéria de Segurança Social.

#### Complementos remunerativos

Quanto aos complementos remunerativos, o regime geral abrange os trabalhadores admitidos a partir de 1 de janeiro de 2001 e consta da atribuição de uma pensão de reforma (sem pos-

sibilidade de remissão em capital) calculada com base no último complemento remunerativo e proporcional ao tempo de contribuição, bem como na atribuição de uma pensão de sobrevivência aos familiares dos empregados falecidos no ativo ou na situação de reforma. É contributivo, estando 60% a cargo do banco e 40% a cargo dos trabalhadores, com um máximo de 10% do complemento remunerativo auferido pelo trabalhador.

Já o Regime Especial A destina-se a trabalhadores admitidos até 31 de dezembro de 1998, a quem é atribuída uma pensão de reforma corresponden-

te a 85% do último complemento remunerativo, ou, no caso de reforma por invalidez, calculada de forma proporcional ao tempo de serviço para efeitos de reforma (com um mínimo de 50% do complemento remunerativo), bem como uma pensão de sobrevivência aos familiares dos empregados falecidos no ativo ou na situação de reforma.

Sendo um plano contributivo, o participante pode optar pela remissão em capital de 1/3 do valor da pensão a que teria direito, sendo os restantes 2/3 atribuídos sob a forma de pensão.

O Regime Especial B abrange os trabalhadores admitidos entre 1 de janeiro de 1999 e 31 de dezembro de 2000. É idêntico ao Regime Geral no que respeita a benefícios, mas permite a opção do empregado pela remissão de 1/3 em capital, tal como no Regime Especial A. No que diz respeito à repartição de contribuições, é semelhante ao Regime Especial A, com limitação das contribuições dos trabalhadores e abrangência dos riscos a repartir.

Por fim, refira-se que os trabalhadores admitidos após de 3 março de 2009 foram, à semelhança do restante setor bancário, integrados no regime geral de Segurança Social (DL n.º 54/2009), pelo que não são participantes do fundo de pensões. ■



Igualmente de salientar, e à semelhança do ano anterior, a existência de responsabilidades que ainda não estão a ser financiadas pelo fundo, no montante de 350.144.617 euros, ou seja, cerca de 16,8% das responsabilidades totais.

Estas responsabilidades – que dizem respeito, nomeadamente, a subsídio por morte, alguns complementos atribuídos a colaboradores no âmbito de processos de reforma e complementos de alguns ex-administradores do BCP – estão a ser assumidas diretamente pelos respetivos associados através de provisões contabilísticas.

Em 31 de dezembro do ano passado foi transferido para o Estado o montante de 2,75 mil milhões de euros relativos a responsabilidades com pensionistas, conforme o Decreto-Lei 127/2011.



BPI

O plano de pensões do BPI é financiado através de cinco fundos: Fundo de Pensões Banco BPI, Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização Adesão n.º 52, Fundo de Pensões Aberto BPI Ações Adesão n.º 1 e Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia Adesão n.º 1. O único associado é o Banco BPI.

O relatório atuarial do plano de pensões tem já em conta a integração na Segurança Social dos trabalhadores no ativo inscritos na CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de março de 2009 e as respetivas implicações em termos de responsabilidades do fundo.

Já no que diz respeito aos trabalhadores oriundos das instituições integradas no banco em 2002 (admissão anterior à adesão dessas instituições ao ACT e já

Entre os dados mais significativos, destaque-se a rentabilidade das carteiras destes fundos, cujo resultado do exercício foi negativo, com exceção da do Crédito Agrícola Mútuo

integrados na Segurança Social) ser-lhes-á atribuída uma pensão igual ao maior dos seguintes valores: aplicação do esquema de benefícios de acordo com o ACT do sector bancário ou aplicação do esquema de benefícios em vigor em cada momento na Segurança Social. Quando a pensão do ACT for superior à da Segurança Social serão deduzidas às prestações a cargo do banco as prestações recebidas do regime de proteção público.

Em 2011, o plano de pensões do BPI garantia como benefícios as reformas por invalidez presumível e invalidez e sobrevivência, além do subsídio por morte e os encargos com os SAMS.

No final de dezembro, o nível de financiamento do fundo era de 95,44%.



CAM

O Fundo de Pensões Crédito Agrícola tem como associados as instituições de crédito subscritoras do seu contrato constitutivo. O plano de pensões segue o ACT das Instituições do Crédito Agrícola, sendo complementar ao regime público de Segurança Social.

As contribuições efetuadas por participantes admitidos após 1 de janeiro de 1995 decorrem do estabelecido no ACT para o sector bancário.

Os benefícios garantidos são as reformas por invalidez presumível, invalidez

e sobrevivência, bem como encargos com os SAMS.

No que diz respeito ao nível de financiamento, e dado que o valor do fundo de pensões é de 46.480.979 euros, verifica-se que este é de 93,6% face ao montante de 49.646.255 euros de responsabilidades. Tal significa que o fundo não cumpriu o rácio mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal (Aviso 4/2005). No entanto, existe um plano de amortização para o défice de financiamento devido ao acréscimo de responsabilidades decorrentes das situações previstas no Aviso do BdP.

O montante por amortizar relativo a alterações é de 14.678.964 euros. Utilizando um plano de amortização, o rácio de financiamento indicado pelo atuário passa para 111,5%.

Relativamente a 2010, a equipa técnica que assessora a Febase considera necessário esclarecer se o fundo de pensões passou a integrar as responsabilidades com os benefícios de invalidez e sobrevivência pois, de acordo com a informação do relatório e contas do fundo em 2010, tinha sido subscrita uma apólice de seguro de vida para esse efeito, naquela anuidade. De qualquer forma, salienta, mantêm-se pagamentos de prémios de seguros nas contas do fundo em 2011 (outras variações líquidas).



CEMAH

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) é o único associado do fundo de pensões.

O Plano de pensões, originalmente independente da Segurança Social subscreve, com algumas restrições, os benefícios previstos no ACT do setor bancário, incluindo os encargos com os SAMS e o paga-

Dados demográficos

		BCP	BPI-FA	BPI-FF	CAM	CEMAH	TOTAIS	BdP	TOTAIS GERAIS
ATIVOS <65 ANOS	NÚMERO	10.214	126	6.232	4.211	64	20.847	1.448	22.295
	IDADE MÉDIA	44,1	40,6	41,5	43,8	49,9		49	
	ANTIGUIDADE MÉDIA	18,9	15	16	17,8	23,4		23,7	
	SALÁRIO MÉDIO ANUAL	34.001	46.877	21.630	27.715	21.821		27.523	
ATIVOS >= 65 ANOS	NÚMERO	0	0	1	29	0	30	15	45
	IDADE MÉDIA	0	0	67	66,9	0		65,5	
	ANTIGUIDADE MÉDIA	0	0	40	27,4	0		41,8	
	SALÁRIO MÉDIO ANUAL	0	0	47.574	38.066	0		41.883	
PARTICIPANTES COM DIREITOS ADQUIRIDOS	NÚMERO	2.083	293	2.729	1	11	5.117	0	5.117
	IDADE MÉDIA	40,84	43	38,2	55	51,6		0	
	ANTIGUIDADE MÉDIA	—	2,2	4,2	17	11,6		0	
	SALÁRIO MÉDIO ANUAL	14.864	19.329	15.228	18.465	17.569		0	
CONJUNTO ATIVOS	NÚMERO	12.297	419	8.962	4.241	75	25.994	1.463	27.457
	IDADE MÉDIA	43,5	42,3	40,5	43,9	50,1		49,2	
	ANTIGUIDADE MÉDIA	18,9	5,9	12,5	17,9	21,6		23,9	
	SALÁRIO MÉDIO ANUAL	30.759	27.613	19.683	27.779	21.198		27.670	
PENSIONISTAS VELHICE	NÚMERO	817	4	1.046	198	10	2.075	1.690	3.765
	IDADE MÉDIA	74,7	71,9	75,8	74,3	74,6		67	
	PENSÃO MÉDIA ANUAL	3.839	62.466	2.357	2.285	17.219		23.082	
PENSIONISTAS INVALIDEZ	NÚMERO	3.272	10	4.594	106	17	7.999	184	8.183
	IDADE MÉDIA	71,9	63,4	64,9	57,8	66,9		65	
	PENSÃO MÉDIA ANUAL	1.014	20.587	1.860	3.017	19.849		16.451	
VIUVEZ	NÚMERO	2.165	1	1.182	59	14	3.421	532	3.953
	IDADE MÉDIA	70,6	78,5	68	63,2	72,3		77	
	PENSÃO MÉDIA ANUAL	722	17.112	1.047	1.329	7.699		13.195	
ORFANDADE	NÚMERO	179	0	0	32	0	211	0	211
	IDADE MÉDIA	16,9	0	0	16	0		0	
	PENSÃO MÉDIA ANUAL	4.733	0	0	312	0		0	
PRÉ-REFORMAS	NÚMERO	9	0	0	22	0	31	0	31
	IDADE MÉDIA	61,2	0	0	61,5	0		0	
	PENSÃO MÉDIA ANUAL	19.614	0	0	58.799	0		0	
REFORMAS ANTECIPADAS	NÚMERO	9.294	0	1.110	55	0	10.459	0	10.459
	IDADE MÉDIA	64,5	0	67,9	62,5	0		0	
	PENSÃO MÉDIA ANUAL	1.742	0	2.006	3.470	0		0	

mento do subsídio por morte. Os restantes benefícios garantidos são as reformas por invalidez presumível, invalidez e sobrevivência.

Todavia, e dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 1-A/2011, o plano passou a ser complementar ao regime geral de Segurança Social, dado que a partir de janeiro de 2011 os traba-

lhadores bancários foram integrados no sistema público.

Assim, o plano da CEMAH é atualmente dependente das pensões atribuídas pela Segurança Social, uma vez que os trabalhadores quando se reformarem receberão uma pensão de velhice do regime geral público, que abaterá ao valor da pensão a cargo do fundo de pensões.

No final do ano passado, o nível de financiamento do fundo era de 93,64%.

Mas existe um plano de amortização para o acréscimo de responsabilidades resultantes da introdução dos encargos com os SAMS, do subsídio de morte e da alteração da tábua de mortalidade prevista na legislação. ■





Concurso FOTO FEBASE 2012  
Fotos apuradas no mês de julho

Tema:  
**OFÍCIOS E PROFISSÕES**



"Expectativa diária"  
Rui da Cruz



"Timoneiro"  
Fernando Santos



"O mestre Orlando"  
César Máximo



"À la minute"  
Isabel Navarro de Castro



"Pintor"  
Emanuel Pontes



"Vendedora de mercado"  
Nélio Cardoso



"Ofício ou arte?"  
Rui da Cruz



"Vendedora de peixe"  
José Canelas



"Mãos de artista"  
Manuela Viola



"O vendedor de castanhas"  
Pedro Bui



"Visto-me de mil caras"  
Cristina Mestre



"A fuga de um executivo"  
Francisco Oliveira

## No encontro dos Sindicatos do setor financeiro da CPLP

# Criação do Fórum de Sindicatos já está em marcha

TEXTO: **RUI SANTOS**

O primeiro encontro internacional dos Sindicatos do setor financeiro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizou-se em Luanda, de 6 a 8 de agosto e teve, como deliberação principal, a afirmação da necessidade da criação de um Fórum da CPLP Sindical do setor financeiro, que deve ter um caráter democrático, pela luta e defesa dos trabalhadores, buscando sempre construir um processo de solidariedade internacional de classe.

O encontro realizou-se por iniciativa do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Angola (SNEBA) e nele também participaram delegações sindicais do Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Portugal, esta constituída por Rui Riso e Arménio dos Santos, do SBC, Mário Mourão, do SBN, e Aníbal Ribeiro, do SBC. E contou, ainda, com a presença de Márcio Monzone, que representou a UNI Finanças, integrada na UNI Global, a organização sindical com sede

em Genebra e onde estão filiados 900 Sindicatos, que representam mais de vinte milhões de trabalhadores.

No final do encontro, as delegações aprovaram, por unanimidade, o texto da declaração que aqui transcrevemos:

"Reunidos nos dias 6 e 7 de agosto de 2012, os Sindicatos do setor financeiro da CPLP filiados na UNI, presentes na sala de conferência Cunene, do Hotel Skyna, em Luanda, com participação das delegações dos Sindicatos de Angola, Brasil, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, promoveram a realização do primeiro encontro internacional.

Os países presentes foram unânimes em afirmar a necessidade da criação de um Fórum da CPLP Sindical do setor financeiro. Este fórum tem o caráter democrático, pela luta e defesa dos trabalhadores, buscando sempre construir um processo de solidariedade internacional de classe.

Tendo em conta a atual fragilidade do sistema financeiro internacional, assim

como as similitudes dos problemas enfrentados pelos seus trabalhadores, a internacionalização dos negócios e interesses dos diferentes órgãos que compõem a CPLP, o fórum aponta para a necessidade de influenciar todo o processo que busca a regulamentação do sistema financeiro.

Definiram os seguintes objetivos: intercâmbio, troca de experiências e organização dos países da CPLP; institucionalizar a língua portuguesa como língua de trabalho nas organizações internacionais; reunião bienal, podendo ser intercalada com reuniões técnicas; rotatividade das reuniões entre os países; e necessidade de formação sindical, para criação de quadros sindicais em todos os países.

Os participantes do fórum finalizam esta declaração com uma saudação a todos os trabalhadores e trabalhadoras do setor financeiro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa". ■

## Sindicatos recebem delegação da Jordânia

O SBC e o SBSI receberam, nas respetivas sedes, uma delegação de sindicalistas do setor bancário e segurador da Jordânia, tendo assinado protocolos de cooperação

TEXTO: **INÊS F. NETO**

No âmbito das relações de cooperação entre organizações sindicais filiadas na UNI, dois dos Sindicatos dos Bancários da Febase – SBC e SBSI – receberam em Portugal uma delegação do seu congénere jordano, o GTUBIA - General Trade Union of Workers in Banks, Insurance and Accounting, que retribuiu assim idêntica visita dos portugueses. Durante a sua estadia em Portugal, que decorreu na primeira quinzena deste mês, os sindicalistas jordanos estiveram em Lisboa e Coimbra, onde visitaram as sedes dos dois Sindicatos e os respetivos SAMS – serviços de assistência médico-social.

Os representantes sindicais de ambos os países debateram a atual situação económica mundial e as consequências na esfera laboral – e particularmente no



A delegação jordana na sede do SBSI

setor financeiro –, bem como as dificuldades acrescidas que estão a ser colocadas à atividade sindical.

Na ocasião, cada sindicato português e o jordano assinaram protocolos, em que estabelecem diversos princípios de cooperação, entre os quais o de visitas mútuas para abrir caminho ao intercâmbio de experiências entre as organizações.

Do mesmo modo, comprometem-se a "dar ênfase à cooperação e concertação de posições em fóruns de organizações internacionais, nomeadamente na UNI, nos comités que emanam das conferências internacionais e regionais".

A coordenação de posições de apoio mútuo às atividades desenvolvidas pelas organizações nos dois países, particularmente no que respeita às reivindicações laborais, e a luta contra as atitudes negativas de empregadores e das administrações das instituições e empresas multinacionais nos dois países e a nível mundial são outros princípios estabelecidos nos protocolos.

Por fim, as organizações reforçam o seu empenho em lutar contra a dominação e interferência estrangeira nos assuntos de outros países. ■



## Plenários das Uniões distritais da UGT saúdam luta dos trabalhadores portugueses



Face à atual situação de crise económica e social, que tende a agravar-se, a União Geral de Trabalhadores (UGT) decidiu realizar plenários de Sindicatos em cada uma das vinte Uniões distritais da Central, tendo sido escolhida a data de 26 de setembro para a realização dessas reuniões

TEXTOS: RUI SANTOS

O denominador comum de todos esses plenários foi a ampla participação dos dirigentes dos Sindicatos locais da UGT. E, na generalidade das intervenções registadas, também foi comum a crítica à governação do nosso País, com elevado aumento de impostos e brutais cortes nos direitos de quem trabalha, bem como nos benefícios sociais, nomeadamente na educação e na saúde.

O plenário de Lisboa foi realizado no auditório da Central e dirigido por Manuel Camacho, da Direção do SBSI e presidente da UGT-Lisboa, enquanto o do Porto, coordenado por João Dias da Silva, teve lugar na sede do Sindicato dos Professores da Zona Norte; e o de Coimbra,

realizado num hotel da cidade, foi dirigido por Carlos Silva, presidente da UGT local e da Direção do Sindicato dos Bancários do Centro e já candidato a substituir João Proença na liderança da UGT. Mas outros dirigentes da Central, também bancários, representaram a Central em plenários noutros distritos, casos de Catarina Albergaria em Aveiro, Viriato Baptista em Beja, Firmino Marques em Bragança, Aníbal Ribeiro na Guarda e Wanda Guimarães em Setúbal.

Por proposta do Secretariado Nacional da UGT, em todos os plenários distritais e após as intervenções havidas foi lida uma resolução, que viria a ser aprovada por unanimidade em todas essas reuniões e que, no essencial, "saúda a luta dos portugueses, que levou o governo a recuar nas suas políticas, fortemente penalizadoras dos trabalhadores e dos pensionistas e regista o empenhamento da UGT no diálogo social, que em muito contribuiu para tais resultados", ao mesmo tempo que "considera que é fundamental que as políticas tenham uma dimensão de crescimento e emprego, não se esgotando em políticas de austeridade, cada vez mais penalizadoras, para os que vivem da sua pensão e dos rendimentos de trabalho".

Entretanto, e face aos novos aumentos de impostos, anunciados pelo ministro das Finanças no passado dia 3, o Secretariado Nacional da UGT reuniu no dia se-

guinte e concluiu que tais medidas "conduzem a um agravamento brutal da carga fiscal, muito para além do que o governo vinha anunciando, e tem como consequência um maior empobrecimento dos portugueses, o aumento das desigualdades e o agravamento da crise económica, que conduz a mais desemprego".

A UGT considera que "a queda da TSU fez com que não estejamos agora a ser confrontados com um segundo pacote de austeridade que, em mais de 80%, é originado pelo combate ao défice e centra-se no aumento de impostos. Os portugueses pagarão, em 2013, um IRS em média 35% superior ao de 2012, o que afetará profundamente os rendimentos de trabalho e das pensões".

Assim, para a UGT é fundamental voltar a "discutir os objetivos de redução do défice; aliviar o brutal aumento da carga fiscal que incide sobre o IRS; discutir o impacto social dos cortes na despesa; introduzir medidas que reduzam o impacto negativo sobre o crescimento e o emprego; ponderar o pagamento do 13.º e do 14.º mês de todos os trabalhadores ao longo dos 12 meses, de maneira a reduzir o impacto negativo do aumento das deduções de IRS, a partir de janeiro de 2013; e pagar ao longo dos 12 meses essas duas mensalidades remanescentes dos pensionistas e trabalhadores do setor público, de modo a não haver redução da pensão e do salário líquidos".

Neste quadro e no final da reunião, os dirigentes da Central decidiram:

- Reafirmar a defesa da unidade na ação a nível de empresa, setorial e nacional, valorizando o diálogo com as restantes Centrais Sindicais da Confederação Europeia de Sindicatos, particularmente a nível ibérico;
- rejeitar ações divisionistas e sectárias, como as que levaram a CGTP a, sem qualquer diálogo, convocar uma greve geral;
- manifestar o seu empenhamento no diálogo social tripartido e na negociação coletiva, na procura de compromissos que facilitem a ultrapassagem da crise;
- decidir a realização de uma manifestação de dirigentes e ativistas sindicais em 26 de outubro.

A UGT também saudou o 5 de outubro, dia da República, reafirmando que continuará a defender que este dia volte rapidamente a ser feriado nacional. ■

## Protesto sindical europeu está em marcha

As duas principais centrais sindicais espanholas têm encabeçado os protestos contra as políticas económicas e sociais, levadas a cabo nos últimos meses, em Espanha e em boa parte dos países europeus, sobretudo aqueles que se encontram sob as imposições do Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e União Europeia

TEXTOS: RUI SANTOS

Após as gigantescas concentrações de 15 de setembro, em Madrid e noutras cidades espanholas, contra os cortes do governo do PP, as principais centrais sindicais espanholas começaram a preparar-se para um outono quente de protestos, no qual pretendem envolver também as organizações sindicais europeias.

O passo imediato foi dado pelos secretários gerais das Comisiones Obreras (CCOO) e da Unión General de Trabajadores (UGT), Ignacio Fernández Toxo e Cándido Méndez, que convocaram os seus colegas europeus para uma cimeira em Madrid. Desse encontro saiu uma importante e inequívoca declaração, aprovada por unanimidade, e que a seguir transcrevemos, na íntegra.

### Declaração do encontro sindical europeu

Reunidos em Madrid, em 25 de setembro, por iniciativa de Comisiones Obreras (CCOO) e Unión General de Trabajadores (UGT) e contando com a colaboração da Fundação Friederich Ebert, dirigentes sindicais de 18 centrais sindicais de onze países da União Europeia e da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) - OGB (Áustria), CSC e FGTB (Bélgica), CMKOS (República Checa), CFDT, CGT e FO (França), DGB (Alemanha), GSEE (Grécia), ICTU (Irlanda), CGIL e UIL (Itália), NSZZ Solidarnosc e OPZZ (Polónia), CGTP-IN e UGT (Portugal), e



CCOO e UGT (Espanha) – aprovaram a seguinte declaração:

1. Saúdam e manifestam a sua profunda solidariedade com os processos de mobilização sindical e popular que se estão a desenvolver em diversos países europeus – em particular na Grécia, Espanha, Itália e Portugal – contra as políticas de austeridade e reformas estruturais, cujo conteúdo é a redução profunda dos direitos sociais e laborais.
2. Expressam o seu total apoio à Greve Geral que se celebrará na Grécia em 26 de setembro, convocada pela GSEE e ADEDY, contra os brutais cortes impostos pela "troika" (BCE, FMI e Comissão Europeia) que estão a levar o país à ruína económica e social.

Nesse encontro, também esteve em cima da mesa a proposta de mobilização coordenada, em toda a Europa, de protesto contra as políticas económicas restritivas e de cortes sociais e a favor de imediatas mudanças políticas.

A intenção foi a de consensualizar uma posição conjunta de todos os dirigentes sindicais para a levar, sob a forma de documento fundamentado, à assembleia geral que a CES realizará amanhã, 17 de outubro, com o objetivo que a Confederação Europeia de Sindi-

catos aprove uma mobilização generalizada por ocasião da cimeira europeia, que está prevista para dezembro.

Essa proposta será plural, de modo que em cada país se decida a forma de concretizar o protesto, através da convocação de greve geral, de uma manifestação gigantesca ou protestos de outro tipo. A proposta foi bem recebida pelas centrais dos países mais lacrados pela crise e, até, de França e da Alemanha.

Já na cimeira europeia sobre crescimento, realizada em maio, as centrais sindicais pediram um maior enfoque das políticas para a zona euro. Agora, há que reforçar esse pedido e de lutar contra o corte do estado de bem-estar que sofre boa parte dos países europeus. Além disso, apelam ao lema "Mobilizar-se por uma Europa Social", que presidiu o 12.º Congresso da CES, realizado em Atenas, em maio passado e onde Toxo foi eleito presidente da Confederação.

Nessa ocasião, também foi aprovada uma resolução sobre "Solidariedade em tempos de crise", onde se sublinhava a necessidade de reduzir a pressão sobre as economias em dificuldades, através da criação de um plano de ajuda. ■



UGT e sindicatos participaram na iniciativa da CSI

## Jornada mundial pelo trabalho digno



Textos: Rui Santos

Com a crise económica global a atingir seriamente os trabalhadores em todas as partes do globo, os Sindicatos de todo o Mundo uniram-se mais uma vez para exigirem trabalho digno e o pleno respeito pelos direitos de quem trabalha. A Jornada Mundial para um Trabalho Digno realizou-se no passado dia 7 e incluiu manifestações, eventos e atividades. Em Portugal, a UGT e os seus Sindicatos aliaram-se à iniciativa da CSI e exigiram o fim "da austeridade pela austeridade"



A jornada mundial deste ano teve como lema "Por melhores dias de trabalho", o que se traduziu em três importantes reivindicações, expressas nas palavras de ordem: empregos dignos, respeito pelos direitos dos trabalhadores e combate ao desemprego jovem.

"A crise e a incapacidade ou falta de vontade dos governos para privilegiarem a retoma do crescimento e do emprego estão a ter um impacto particularmente brutal sobre os jovens", denunciou a UGT que, desde 2008, participa ativamente na jornada mundial organizada pela Confederação Sindical Internacional (CSI).

"Os números oficiais mostram que 75 milhões de jovens estão sem emprego em todo o Mundo, muitos milhões mais estão sujeitos a um trabalho informal ou precário e dezenas de milhões de novos candidatos a um posto de trabalho não têm quaisquer perspetivas de conseguirem emprego, acesso à educação ou formação que os prepare para o trabalho no futuro", acrescenta a organização sindical, alertando:

"O desemprego dos jovens atinge 60% em alguns países e toda uma geração de jovens enfrenta a exclusão do mer-

cado de trabalho, o que constitui uma bomba-relógio social e económica".

Por estas razões, a luta contra o desemprego jovem foi uma das características dominantes das atividades programadas para 7 de outubro que, por ser um domingo, se prolongaram por mais um dia.

### Portugal: desemprego e recessão

Nesta jornada conjunta, cada organização sindical juntou às reivindicações comuns as questões prioritárias do seu país e setor.

Em Portugal, a jornada mundial foi mais uma ocasião para a UGT e os seus Sindicatos exigirem ao Governo medidas de combate aos maiores flagelos com que o País se confronta: recessão económica, um nível de desemprego insustentável e novas situações de pobreza e exclusão social.

Para a central sindical, "uma coisa é clara: o caminho trilhado pelo Governo é completamente errado: a austeridade pela austeridade não trará uma saída para a crise." Assim, a UGT "bate-se, hoje mais do que nunca, por crescimento, emprego e solidariedade". Porque "o trabalho digno não é uma utopia. É possível aliar crescimento económico e justiça social".

Por tudo isto, a UGT exige ao Governo:

- Uma partilha proporcional e equilibrada dos sacrifícios;
- O reforço das políticas ativas de emprego;
- Um setor financeiro ao serviço da economia real;
- O cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

### Desafio mundial

A crise económica e o ambiente cada vez mais hostil para os direitos dos trabalhadores em muitos países representam para o movimento sindical mundial "um dos maiores desafios da história".

"A mobilização em conjunto para uma jornada mundial bem-sucedida ajudará a mostrar ao Mundo que os sindicatos estão prontos e capazes de continuar a enfrentar esses desafios, proporcionando melhores dias de trabalho para todos - em especial para jovens", frisou a UGT, no documento que serviu para a mobilização dos trabalhadores portugueses para a celebração desta importante ação sindical. ■



# Exclusivos Fim-de-Ano

## Partidas 29 Dez | Sáb.

### GARANTA O SEU LUGAR

### Sevilha

### Praga

### Londres

### Roma

### Riviera Francesa

### Madeira

### Marrocos

### Nova Iorque

### Canadá

**Viagens em grupo com acompanhamento Oasis**

**Visitas e Entradas incluídas | Cuidadosa Seleção de Hotéis**

**LISBOA - MQ POMBAL**

213 193 600

outgoing@oasistravel.net

**LISBOA - AV. ROMA**

218 411 700

groups@oasistravel.net

**SETÚBAL**

265 237 674

setubal@oasistravel.net

RNATVT nr.1959 - CRP de Lisboa - Cap. Social 499 000€ - NIPC 501821627



## Coopbancários estende vantagens à Febase

TEXTO: Inês F. Neto

Os associados dos sindicatos da Febase já podem ser sócios da cooperativa de produção e consumo Coopbancários. Os benefícios são muitos

Apostada em alargar o âmbito de ação e conquistar novos públicos, a Coopbancários tem em curso a alteração dos seus Estatutos, visando estender à Febase o direito de sócio.

Este é mais um passo na transformação e adaptação aos novos tempos que a Coopbancários tem assumido desde a sua fundação, em setembro de 1975, quando um grupo de bancários ligados ao SBSI lançou a iniciativa. Durante muito tempo ligada apenas aos bancários, mais tarde admitiu como sócios coletivos as



ordens profissionais e, agora, alarga essa possibilidade à Febase.

A proposta de alteração de Estatutos prevê que novos elementos possam candidatar-se aos órgãos sociais da cooperativa, mas são salvaguardadas duas condições: não podem deter a maioria nem assumir a presidência.

Para os associados dos sindicatos da Febase, esta mudança traz vantagens acrescidas. Se é verdade que já podiam ter acesso às instalações da cooperativa – há alguns anos abertas ao público em geral – podem agora usufruir dos benefícios concedidos aos sócios-consumidores, entre os quais se destaca o direito à acumulação de pontos no "cartão", para mais tarde utilizar como desconto na aquisição de novos produtos. Além disso, são frequentemente realizadas promoções tendo como público-alvo os sócios.

### Nova dinâmica

"Muitos desconhecem, mas temos preços bastante concorrenciais", explicam António Campos e Domingos do Rosário, respetivamente presidente e tesoureiro da Coopbancários, cujos novos órgãos sociais tomaram posse no final de maio.

"Fizemos a experiência: em ocasiões diferentes seleccionámos aleatoriamente cinco produtos e comparámos os nossos preços com os da concorrência. De todas as vezes apenas um dos nossos produtos não era o mais barato", contam os dirigentes, lembrando a vasta oferta disponível na cooperativa.

A nova equipa pretende imprimir uma nova dinâmica à "casa", tendo como objetivo encontrar as melhores soluções

para fidelizar clientes, atrair novos públicos e salvaguardar o futuro da cooperativa e dos seus trabalhadores.

"A situação é complicada, devido à crise económica (que afeta o consumo) e à enorme concorrência", reconhecem. Para contrariar a situação, estão a ser encetadas negociações com vários fornecedores, tendo em vista a obtenção de preços mais vantajosos, o que se refletirá no custo final dos produtos junto dos consumidores.

Os projetos para dinamizar a cooperativa são vários e alguns estão já em concretização. Às tradicionais áreas de supermercado e centro comercial estão a ser acrescentadas novas valências, que contribuirão para alargar a oferta e trazer mais clientes. É o caso de uma agência de viagens (proporcionando vantagens em excursões especiais e pontos no cartão), da florista ou do cabeleireiro (já com manicura e pedicure, e massagista no final do ano).

Por outro lado, também as lojas do centro comercial oferecem condições especiais aos sócios da Coopbancários: por exemplo, os eletrodomésticos podem ser adquiridos com facilidades de pagamento e entrega sem encargos, e a livraria, além de vouchers de descontos, está a organizar iniciativas culturais (recentemente fez a "hora do conto" para os mais pequenos).

"Estamos muito empenhados nesta dinamização e em deixar aos vindouros uma cooperativa forte. É um desafio difícil perante as condições em que nos movemos, mas com responsabilidade, espírito de missão e confiança acreditamos ser possível", concluem António Campos e Domingos do Rosário. ■



A perfumaria

### Oferta diversificada

A Coopbancários, situada desde 1977 na rua D. Filipa de Vilhena, n.º 6, E-F, em Lisboa, dispõe de dois pisos, divididos em centro comercial, supermercado e lojas. Eis a oferta:

#### Centro Comercial:

Utensílios para casa (menage); malas; boutique (senhora e homem); eletrodomésticos; livraria; discoteca; lingerie; perfumaria; ourivesaria; tabacaria; cabeleireiro; florista; agência de viagens.

#### Supermercado:

Talho; peixaria; congelados; frutaria; produtos alimentares e não alimentares; charcutaria; naturista/macrobiótica; utilidades domésticas; louças; produtos de higiene; garrafeira; laticínios; padaria.

#### Snack-bar:

Restaurante (menu do dia por 4,75 €, composto por sopa, prato, fruta e café) e pastelaria.



### Pesca

## Rui Prata ganha em casa e repete título nacional de 2010

TEXTOS: Rui Santos



A pista de Monte Real foi o cenário ideal para a realização da final nacional dos encontros interbancários de pesca de rio, em 29 de setembro e que terminou com a apoteose de Rui Prata, que assim repete a conquista do título nacional, que havia chamado a si há dois anos

Foram 63 os participantes nesta final nacional, em representação dos três Sindicatos dos bancários – 31 do Sul e Ilhas, 20 do Norte e 12 do Centro – e de 16 equipas. Todos os concorrentes foram repartidos por quatro zonas e o dia apre-

sentava-se com excelentes condições para uma boa pescaria, embora a pista se mostrasse suja, devido à chuvada ali caída na noite anterior. E as previsões mais otimistas vieram a concretizar-se, já que apenas um dos 63 pescadores fez "grade", ou seja, não logrou pescar um único exemplar.

Foram estes os três primeiros classificados em cada zona:

1.ª zona - 1.º Rui Prata (BPI/Centro), 8020 gramas; 2.º Adelino Martins (SBN/Norte), 3900; 3.º Manuel Ranhola (BPI 2/Sul), 3300;  
2.ª zona - 1.º José Alves Silva (BST/Sul), 2500 gramas; 2.º Carlos Cunha (BPI/Centro), 1960; 3.º Abílio Bastos (SBN/Norte), 1600;  
3.ª zona - 1.º Manuel Pinheiro (BST/Sul), 940 gramas; 2.º José António Bonito (CA 1/Sul), 820; 3.º Carlos Coelho (SBN/Norte), 760;  
4.ª zona - 1.º José Fernando Silva (SBN/Norte), 3220 gramas; 2.º Paulo Figuei-

redo (BCP/Centro), 1920; 3.º Pedro Fernandes (BES A/Sul), 1700.

Coletivamente, a vitória coube à equipa do Sindicato dos Bancários do Norte, com 8720 gramas e 6 pontos, logo seguida da do Grupo Desportivo do Santander Totta, do Sul, e do BPI, do Centro, ambas com 7 pontos, vindo depois as do BPI 2, do Sul, com 13, e do BCP, do Centro, com 16 pontos.

Durante a cerimónia de entrega de prémios, Francisco Carapinha, da Direção do Sindicato dos Bancários do Centro, fez uma breve intervenção, em nome da comissão organizadora destes encontros interbancários, para referir que a Febase está atenta ao momento difícil que os trabalhadores – e também os bancários – vivem, chamando a atenção para o facto dos seus Sindicatos estarem empenhados e disponíveis para, em conjunto com os associados, lutar pelos seus direitos e anseios. ■





FEBASE

3 E 4 DE NOVENO  
(sábado e domingo)

FIM DE SEMANA  
RADICAL

Proença-a-Nova

ATIVIDADES A REALIZAR

Canoagem, slide, escalada, arborismo, rappel, paintball, caminhada de orientação.

75 EUROS

s/deslocação

Inclui: 5 refeições, 2 pequenos almoços, 2 dormidas( Regime Camarata )

Inscrições Limitadas.

Idade Mínima: 12 anos

INSCRIÇÕES E PAGAMENTOS

Para se inscrever deverá enviar para [caminhadasfebase@stas.pt](mailto:caminhadasfebase@stas.pt)

os seguintes elementos:

Nome completo;  
Nº Sócio;  
Sindicato;  
Data de nascimento;  
Nome e data de nascimento dos acompanhantes  
Comprovativo de pagamento  
NIB: 0035 0517 00052143130 22 (CGD)

Inscrições e pagamentos até ao dia 01/11

Inscrições limitadas

Organização FEBASE | Contactos Tel: 21 880 21 60 | Email [caminhadasfebase@stas.pt](mailto:caminhadasfebase@stas.pt)



Textos: **PATRICIA CAIXINHA**

## Caminhadas

# A FEBASE continua a desafiar

O mês de julho foi marcado pela caminhada de Algés/Cascais. Um percurso de 20 quilómetros que contou com a participação de 60 pessoas.

A caminhada iniciou-se numa tarde soalheira, por volta das cinco e meia da tarde e o percurso escolhido para esta aventura pedestre foi toda a linha da costa, desde Algés a Cascais.

Pese embora os participantes conhecessem a zona pelos passeios de carro, ficaram deslumbrados com pequenas praias, que não faziam a menor ideia da sua existência e que o passeio a pé lhes permitiu avistar.

Durante a caminhada tivemos o prazer de assistir ao pôr-do-sol sobre a baía de Cascais, pois a chegada ocorreu por volta das 22 horas.

O grupo teve um bom rendimento, tendo o passeio terminado com uma sessão de alongamentos.

O regresso para Algés fez-se de comboio, numa animada viagem.

### Cezaredas

"À descoberta do Planalto das Cezaredas", foi uma das aventuras de setembro, preparada pela Febase.

O grupo, com trinta participantes, esteve à altura, não obstante a dificul-

dade do percurso e o calor abrasador que se fez sentir durante o dia.

Pequenos contratempos com alguns dos participantes que se perderam no caminho, atrasaram a hora prevista da partida, marcada para as 9 horas. Resolvidos os percalços, o grupo apresentou-se completo no ponto de partida e iniciou-se a caminhada 45 minutos depois.



Caminhada Cezaredas



Caminhada Algés/Cascais

O percurso compreendeu um total de 20 quilómetros e enquadra-se numa rota oficial, PR2 – Planalto das Cezaredas.

O percurso tem pouco desnível, mas é feito essencialmente sobre estradões e trilhos com pedra solta, criando alguns momentos desafiantes.

O calor fez-se sentir, mas a organização, de 3 em 3 quilómetros, tinha um carro de apoio e abastecia os participantes de água para que ninguém desidratasse.

A chegada fez-se por volta das 14 horas, terminando com uma sessão de alongamentos para evitar lesões. De seguida, fez-se um piquenique, que serviu para o convívio salutar e a confraternização.

### A equipa FEBASE desafia-o a passear e a divertir-se

Mais informações em <http://caminhadasfebase2012.blogspot.pt>





## Delegação de bancários angolanos recebida pela Direção do SBN

Textos: FRANCISCO J. OLIVEIRA

No passado dia 2, uma delegação do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Angola (SNEBA) visitou o SBN, onde esteve reunida com a Direção. No final, Filipe Makengo (vice-presidente da Direção), Manuel João (secretário para a Administração e Gestão) e Sebastião André Dombaxe (secretário para as Relações Internacionais) conversaram com o jornalista das revistas Febase e Nortada.

**P – Quais foram os objetivos que presidiram a esta visita ao SBN?**

R – Foram vários, mas, sobretudo, os de aprofundar o excelente relacionamento existente entre os nossos dois Sindicatos. Nestes objetivos se enquadram também o da troca de experiências e o fortalecimento dos conhecimentos do SNEBA, que nos permitirão agilizar mais facilmente a concretização de projetos que temos em curso – designadamente a edificação da nova sede, que terá também, contígua, uma área de lazer para os bancários e respetivos agregados familiares.

**P – A construção da nova sede é algo que se impõe de imediato?**

R – Mais do que isso: é uma necessidade da mais vital importância. Repare: neste momento estamos instalados nuns escritórios, nos Coqueiros, que já não têm capacidade de resposta para o número exponencial de associados que vimos registando e, por consequência, para todo o serviço administrativo que isso impõe. Assim, já adquirimos um terreno, que bem se poderá considerar excelente para as construções de que falámos.

**P – O SNEBA encontra-se implantado em todas as províncias de Angola?**

R – Já estivemos, já. Mas, depois, assistiu-se a um período em que faliram vários Bancos, o que nos levou também à degradação da nossa rede de delegações. Todavia, agora, com o fortíssimo ressurgimento da economia do nosso país, estamos, também nós, fortemente empenhados num profundo trabalho de reorganização, pelo que já estamos novamente em doze das dezoito províncias e não descansaremos enquanto não voltarmos a cobrir a totalidade do nosso tão vasto território nacional.

**P – Abordaram a possibilidade da construção da uma área de lazer. De que poderá constar?**

R – Não, não é uma possibilidade. Será mesmo uma realidade que estamos firmemente dispostos a concretizar. Será constituída por uma sala de jogos, piscinas, biblioteca, salas para convívio, for-



A delegação angolana que visitou o SBN

mação e informática. E – permita que repitamos – tudo isso não se destina apenas aos nossos colegas trabalhadores bancários. Também os familiares terão acesso às instalações.

**P – Como veem a situação do setor bancário em Angola?**

R – A Banca, como, aliás, toda a economia, está num processo de crescimento verdadeiramente exponencial. Para dar um pequeno exemplo, mas que é bem ilustrativo do que está a passar-se e porque os números não enganam ninguém, basta que se diga que, aquando da formação do nosso Sindicato, em 1996, havia sete Bancos a operar em Angola; agora há 23, para já não falar do banco central – o BCA. E este crescimento da Banca é imparável, é impossível de segurar, vai sempre acompanhando as perspetivas de crescimento que o país vai criando, até às zonas mais recônditas.

**P – Podemos deduzir daí que o crescimento do emprego no setor também tem vindo a crescer?**

R – Sem dúvida! Essa é uma consequência extraordinariamente positiva. E de tal forma assim acontece que a Banca é o segundo setor mais importante em todo o país no recrutamento de mão-de-obra, logo a seguir à indústria petrolífera. Ora, neste aspeto, há um outro resultado imensamente positivo – este a beneficiar a juventude.

**P – Como se traduz esse benefício para a juventude?**

R – Podemos explicar. É que, em virtude da política de deslocalização, quando uma empresa se desloca para determinado local, pelo menos 75 por cento dos trabalhadores que sejam empregados nesse

local têm de aí habitar. Agora é só fazer as contas: existem neste momento cerca de 1.200 balcões por essa Angola fora, com uma média de sete trabalhadores bancários por agência...

**P – Então os trabalhadores bancários angolanos não sentem preocupações no seu dia-a-dia?**

R – Sentem, pois, sobretudo no setor da saúde e principalmente nas regiões onde as estruturas sanitárias foram destruídas. Por outro lado, apesar de haver clínicas de grande porte, principalmente em Luanda e em Benguela, com as quais os Bancos vão firmando protocolos para os seus trabalhadores, temos vindo a sentir algumas dificuldades, porque as estruturas de custos são enormes. Por isso os Bancos tentam retirar desses protocolos as valências mais caras, situação que inquieta sobremaneira os trabalhadores.

**P – E há alguma coisa que o SNEBA possa fazer para minorar esse problema?**

R – O SNEBA faz o que lhe é possível. E, nesse sentido, para minimizar essa situação, fizemos protocolos com os SAMS do SBN, do SBC e do SBSI para que os nossos associados possam deslocar-se a Portugal, para aqui serem tratados. Mas a grande questão é que a demanda dos que ficam superam a dos que vêm, porque os que ficam são aqueles que, obviamente, têm salários mais baixos.

**P – Essa é uma situação que, naturalmente, vos preocupa...**

R – Muito. Muito. Tanto que levou a Direção do SNEBA a encetar negociações com Sindicatos congêneres para a implementação de um serviço de saúde. Para começarmos, uma empresa, que nos foi

indicada pelo SBSI, já fez um levantamento exaustivo em termos de custos, tendo chegado à conclusão que o dinheiro que os Bancos canalizam para os serviços desta natureza seria mais rentável numa estrutura como a que propusemos.

**P – Já apresentaram oficialmente essa estrutura?**

R – Claro! Já a apresentámos aos nossos parceiros – Banca privada e BCA – tendo sido bem recebida. Depois, fizemos diligências para a localização do terreno, que já adquirimos na zona de Benfica, e estamos em fase de obtenção de autorização para a construção, de forma faseada. As coisas estão tão bem encaminhadas que há poucos dias recebemos uma convocatória do BCA, para uma reunião tripartida urgente, a fim de se encontrar uma forma de financiamento para o projeto.

**P – Tirando o setor da saúde, há mais algum que vos preocupe?**

R – Sim, há o da contratação coletiva. Na versão do ACT para este ano introduzimos cláusulas inovadoras, como o crédito à habitação, que afeta a generalidade dos trabalhadores bancários angolanos, uma vez que há políticas divergentes em cada Banco, que é necessário uniformizar, bem como é necessário uniformizar as carreiras profissionais, exceto para situações muito específicas do BCA. ■

### Snooker

#### Teófilo Farelo ganha "bola 8"



Terminou o 7.º torneio regional de snooker "bola 8", tendo sido apurados para a final nacional os quatro primeiros classificados, que foram, pela ordem, Teófilo Farelo (MG/Porto), José Caio (BES/Porto), Francisco Santos (BES//Porto) e José Lino (BST/Ilhavo), tendo Mário Caldas (MG/Porto) ficado no 5.º lugar.

O torneio decorreu na Comissão Sindical de Reformados e a final nacional decorreu no passado fim-de-semana, em Cantanhede. ■

### Bowling

#### Apurados os oito finalistas



Após as jornadas de apuramento do 7.º campeonato regional, disputadas no salão de jogos do "Strike Bowl",

em Matosinhos, foram apurados os oito primeiros classificados para a final nacional de bowling, que teve lugar em Cantanhede, no passado fim-de-semana e à qual faremos referência no próximo número.

Em masculinos, o campeão foi Rogério Afonso, do BCP, e classificaram-se depois, pela seguinte ordem, Henrique Rego, Carlos Rodrigues e Joaquim Afonso (todos do BdP), Luís Cintra (Banif) e Octávio Teixeira (BES). Em femininos, as apuradas são Lisete Pereira (BPI) e Fátima Bordonhos (BCP). ■

"Põe-te a andar, pela tua saúde..."



#### Caminhada pela Aboboreira

Com a participação de 85 associados e familiares, o SBN promoveu, em 22 de setembro, no concelho de Baião, a sua 18.ª caminhada, subordinada ao tema genérico "Põe-te a andar, pela tua saúde", cujo acompanhamento foi efetuado pelos Serviços de Turismo da Câmara daquele município, a quem o Sindicato agradece o apoio prestado.

A caminhada teve uma extensão aproximada de oito quilómetros, com um grau de dificuldade médio-baixo, num percurso ambiental, cultural e paisagístico, com uma duração de cerca de duas horas e meia. ■

### King

#### Maurício Cardoso vence regional



Maurício Cardoso (BST/Aveiro), Mário Pinto Ribeiro (BES/Trofa), Henrique Dias Nunes (BCP), Sérgio Cupertino Miranda (BES/Porto) e

José Madureira Almeida (BCP) foram, pela ordem, os cinco primeiros classificados no torneio regional de king e representarão o SBN na final nacional da modalidade.

As jornadas deste 5.º campeonato regional disputaram-se no salão de jogos do Sindicato e a final nacional decorrerá nos dias 27 e 28 de outubro, em Viseu, com a presença de mais oito representantes do SBSI e três do SBC. ■

### À moda do Porto



Frente - Aires Araújo Pereira

#### "Sem amarras"

O Núcleo de Fotografia do SBN expõe a mostra "Sem amarras", na Galeria 302 do Espaço Cultural do Banco Santander Totta, sito na Rua 5 de Outubro, 302.

A exposição foi inaugurada no passado dia 12 e estará patente até ao dia 31, em todos os dias úteis, das 10 às 18 horas. Os autores das obras são Aires Araújo Pereira, António Costa, António Morais, Eduardo Nogueira, Fernando Castro, Joaquim Silva, Jorge Viana Basto, José Cerqueira, José Godinho, Júlio Pereira, Manuel Manarte, Manuel Pereira Cardoso, Manuel Santos Vale, Mário Pina Cabral e Rui Manuel Costa. ■



## SBC foi ao teatro

# Uma noite em casa de Amália

Texto: PEDRO VEIGA/SEQUEIRA MENDES



O Departamento de Tempos Livres, em colaboração com o Secretariado Regional de Leiria e de Coimbra, levaram a efeito, em 22 de Setembro, um convívio entre colegas bancários para assistirem a um espetáculo de teatro – "Uma noite em casa de Amália" – cujo sucesso tem sido indelével. Trata-se de um original de Filipe la Féria, que recria com felicidade e muita autenticidade as reuniões que

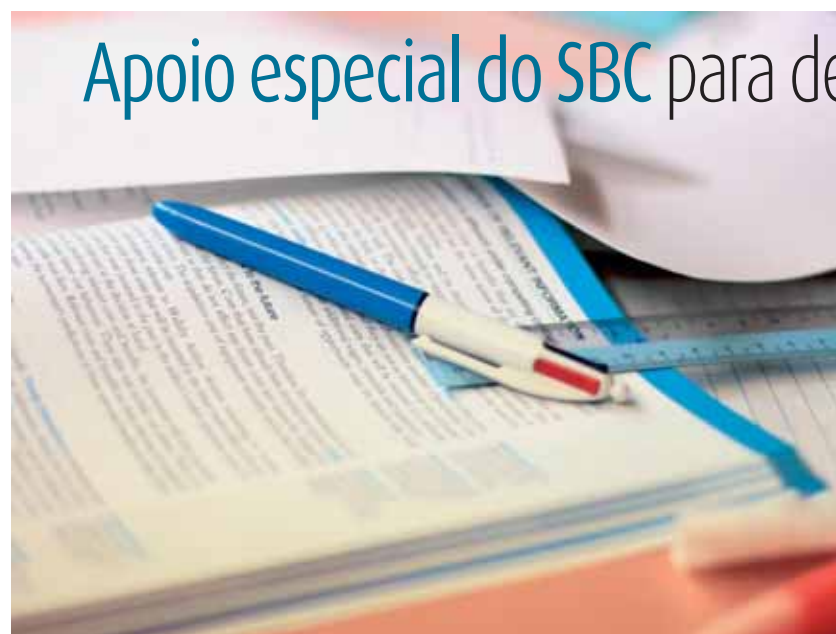
Amália promovia em sua casa, tendo como convidados grandes poetas e músicos portugueses e brasileiros, tais como Vinicius de Moraes, David Mourão Ferreira, Alain Oulman, Natália Correia, Ary dos Santos, Maluda e muitos outros. Para tal projeto, este autor rodeou-se de uma equipa de atores e cantores de grande impacto junto do grande público, transportando os assistentes para uma noite de Inverno de um Portugal

nos alvares do Marcelismo e a quatro anos do 25 de Abril.

Como foi referido pelos cerca de 50 participantes que o SBC levou até ao Teatro Politeama, o espetáculo demonstrou ter uma qualidade extraordinária, não só pelos repetidos "encores" que se ouviram, com o teatro a aplaudir de pé, como pelas ovações aos atores, justiça seja feita, pelo seu grande desempenho neste espetáculo grandioso. ■

## Apoio especial do SBC para despesas escolares

Texto: SEQUEIRA MENDES



Para minorar as despesas escolares que os nossos associados sentem, por via do momento difícil por que todos os portugueses estão a passar, a Direção do SBC decidiu criar

um apoio especial e extraordinário na compra de material escolar e propinas dos seus educandos. Assim, foram criadas duas linhas de apoio, a primeira para alunos a frequentar do 1.º ao 12.º

ano de escolaridade e a segunda para alunos a frequentar o ensino superior. A primeira linha poderá beneficiar de um apoio até 300 euros, a pagar em prestações iguais e sem juros; a segunda poderá beneficiar de um apoio até 1000 euros, igualmente sem juros. O pagamento far-se-á em prestações mensais, iguais e sucessivas, nunca inferiores a 50 euros.

Os interessados deverão solicitar esse apoio em impresso próprio, no qual conste a autorização de débito, mediante comprovativo das despesas efetuadas.

O limite das inscrições está em função da disponibilidade financeira do Sindicato, sendo consideradas, para esse limite, em função da ordem de entrada no Gabinete de Apoio à Direção. ■

## Pesca

# Rui Nunes revalida título regional de alto mar

Texto: PEDRO VEIGA/SEQUEIRA MENDES

Como já vem sendo hábito, o SBC, através do seu Departamento de Tempos Livres, realizou a final regional do campeonato de pesca de alto mar, em 15 de setembro, ao largo da Nazaré.

O mar encontrava-se em ótimas condições para a prática da modalidade,



Rui Nunes, à esquerda, com Pedro Veiga e Francisco Carapinha



com vagas de mais de um metro e sem vento. Apesar disso o peixe apresentou-se escasso mas, ainda assim, foi possível a captura de alguns bons exemplares.

De salientar as boas pescas de Rui Nunes, que revalidou o título conquistado no ano transato, e também de Rui Pratas, com um excelente segundo lugar, logo seguido de Eduardo Ascensão e de José Ferreira que, apesar de ser um estreante, logrou um quarto lugar, que

lhe permitiu a qualificação para a final, e capturou o maior exemplar da prova, uma excelente choupa de muito bom tamanho.

Finda a prova e num ambiente de são convívio e camaradagem realizou-se um almoço, num restaurante típico da localidade, em que foram distribuídos os prémios aos vencedores. Os quatro colegas acima referidos estão apurados para a final nacional, que se realiza em Vilamoura, no próximo ano. ■

## José António Bonito vence em Monte Real



Texto: SEQUEIRA MENDES

A final regional do campeonato de pesca de rio do SBC teve lugar em 8 de setembro, na excelente pista de Monte Real.

Esta prova contou com a presença de trinta e três pescadores, tendo sido a

terceira que contou para a classificação final.

A pista foi dividida em três zonas e, com a concentração marcada para as 8 horas, logo os pescadores começaram a preparar o material necessário para a prova, que começou às 10 horas e teve três horas de duração.

Com um dia excelente para a prática da modalidade, o peixe apareceu e animou os pescadores, que após a pesagem e contabilizadas as duas provas anteriores, deu a seguinte classificação, no que respeita aos doze primeiros:

1.º José António Bonito (CCAM/Montemor-o-Velho); 2.º Rui Miguel Batista Prata (BPI/Cantanhede); 3.º Paulo José Figueiredo (BCP/Viseu/Alto do Açador); 4.º José Costa Pinto (BPI/Coimbra); 5.º Mário Alberto Cardoso (CCAM/Seia); 6.º Armando Oliveira Veiga (BES/Coimbra); 7.º António Lucas Rama Casção (BES/Figueira da Foz); 8.º Joaquim Vaz Mendonça Oliveira (BES/Figueiró dos Vinhos); 9.º José Silva Ferreira (BCP/Viseu); 10.º Carlos Silva Faria Cunha (BPI/Coimbra); 11.º João Pedro Agostinho (BES/Coimbra); 12.º Manuel Brito Barqueiro (CGD/Coimbra).

Por equipas, o BPI sagrou-se vencedor, seguido do BES e do BCP.

Com a presença do presidente da Direção, Carlos Silva, procedeu-se à entrega de prémios e ao almoço de convívio, num restaurante da região. ■



## Excelente gestão de expectativas na Assembleia de Delegados Sindicais



TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA

No passado dia 2, a Direção do STAS convocou os seus delegados sindicais para uma assembleia, que ocorreu em Lisboa.

Depois da eleição da Mesa da Assembleia, a Dra. Carla Mirra, assessora da Direção em matérias como os recursos humanos e os serviços jurídicos, efetuou uma apresentação sobre as implicações das alterações ao Código do Trabalho no CCT Seguros.

Foi referida, por diversas vezes, a importância dos trabalhadores, em geral, e dos nossos delegados sindicais, em particular, estarem atentos

às questões jurídicas mais complexas e dúbias, como a questão do banco de horas ou os despedimentos por extinção do posto de trabalho ou por inadaptação ou por não cumprimento de objetivos previamente acordados.

Foram também abordadas outras matérias, das quais cumpre aqui realçar as alterações aplicáveis ao trabalho suplementar, as novas regras sobre as férias e as faltas injustificadas em dias anteriores ou posteriores a feriado ou dia de descanso.

Foi ainda explicada a diminuição do valor da compensação, por cessação

de contrato de trabalho, e a respetiva fórmula de cálculo.

As recentes alterações ao Código do Trabalho sugerem uma maior vulnerabilidade dos trabalhadores em diversas áreas, pelo que cumpre-se, neste momento, uma necessidade de redobrada atenção.

Depois de esclarecidas algumas dúvidas que os delegados sindicais deste novo mandato colocaram, foi feito o ponto de situação no setor. Foram abordadas as várias realidades das empresas e definiram-se estratégias de atuação, de forma a facilitar a missão dos nossos representantes junto dos trabalhadores, no que toca à informação e esclarecimento.

Finalmente foi abordado o tema da comunicação e os respetivos canais de distribuição, com o intuito de melhorar a divulgação da informação do STAS pelos colegas e associados nas empresas.

O objetivo principal desta primeira Assembleia de Delegados Sindicais foi, essencialmente, a gestão de expectativas de ambas as partes – Direção e Delegados – com o intuito de trabalharmos em uníssono para o propósito máximo de servirmos, esclarecermos e informarmos os trabalhadores do setor e, acima de tudo, os nossos associados. ■



## CHAPAS – um clube que faz a diferença!

CHAPAS – CLUBE HISTÓRIA E ACERVO PORTUGUÊS DA ACTIVIDADE SEGURADORA, vulgarmente designado por Clube CHAPAS, foi fundado em 3 de março de 2011 e, após um ano e meio de existência, não pára de nos surpreender, pela sua constante atitude positiva e muito dinâmica!

TEXTO: VÍTOR ALEGRIA



Após dois meses da sua constituição o Clube CHAPAS apresentou-se à indústria seguradora, com o evento "I Congresso", em 7 e 8 de maio de 2011. No referido acontecimento, foi assumido o compromisso de receber, cuidar, estudar e dar a conhecer a história e acervo da atividade seguradora, visando a concretização de um Museu.

É nesta linha de pensamento que o Clube CHAPAS vem mantendo um constante apelo, a todos os profissionais de seguros e empresas da atividade, para que o auxiliem, oferecendo documentos, instrumentos e outros objetos de trabalho que, durante muitos anos, vêm protegendo e garantam a sua preservação futura.

Procurando a notoriedade e visibilidade importantes, senão imprescindíveis, à prossecução dos seus objetivos o Clube CHAPAS promoveu uma série de eventos, sendo que o primeiro ocorreu em 7 de julho de 2011, sob o lema "Conte-nos um episódio da sua vida profissional", que visou a retenção de elementos e saberes para memória futura da atividade seguradora.

Em 24 e 25 de setembro de 2011, participou o Clube CHAPAS, através da presença do seu Presidente da Direção, no encontro anual do Club Italiano Collezionisti Targhe Incendio, onde foram desenvolvidos contactos com instituições italianas, cujos objetivos são semelhantes, nomeadamente a fundação Mansutti e o museu Paolo Raspini.

Entre 20 e 30 de outubro de 2011, o Clube realizou, em parceria com a Santogal SA, a exposição temática "O automóvel antigo e a atividade seguradora".

Alguns meses após, mais concretamente entre 05/01 e 24/02/2012, foi patente ao público, no atrium do edifício Império-Bonança, em Lisboa, a exposição "A Seguradora e as Companhias".

Em 27 de fevereiro foi inaugurada a exposição "O saber do passado para segurar o futuro", no espaço Groupama Arte, em Lisboa, e permaneceu até 9 de março.

No âmbito das comemorações do 1.º aniversário do Clube, foram realizados os seguintes eventos:

- 3/03/2012 - Encontro Internacional do Clube CHAPAS, na sede da Lusitânia Companhia de Seguros.

- 5/03/2012 - Comemoração institucional no auditório da APS - Associação Portuguesa de Seguradores.

Não esquecendo o plano nacional, o Clube CHAPAS mantém bem viva a intenção do forte relacionamento internacional, projetando esta associação portuguesa sem fins lucrativos. Assim, em 23 e 24 de maio, recebeu, em Lisboa, o cidadão norte-americano William Evenden, detentor de uma das mais completas coleções de chapas de seguros e autor do livro alemão sobre este tema.

No decorrer desta visita, o Clube CHAPAS deu a conhecer as suas atividades e objetivos, bem como possibilitou a visita daquele colecionador ao Sindicato dos Trabalhadores de Seguros (STAS) e ao corretor Villas-Boas, para que apreciasses duas das maiores coleções portuguesas de Chapas de Seguros de Incêndio e Automóvel.

Durante o mês de agosto, o Clube CHAPAS não foi de férias, entre os dias

1 e 24 organizou e expôs, no edifício sede da Caixa Central Agrícola, em Lisboa, parte da sua coleção sob o tema Banca e Seguros – complicitades publicitárias.

O Clube CHAPAS conta hoje com o reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido e objetivos futuros, seja individualmente, pelos profissionais de seguros, mas também pelas entidades da atividade, como sejam o Instituto de Seguros de Portugal, a Associação Portuguesa de Seguradores, e também de Seguradores, Mediadores, de Grupos Desportivos e Associações de Colaboradores.

Para que o Museu seja uma realidade cada vez mais representativa do plano social e económico da atividade seguradora, continua o Clube CHAPAS recetivo a doações por parte de todos os colegas, de todas as Seguradoras e Mediadores.

Os fundadores do Clube CHAPAS crêem na importância dos objetivos delineados, pelo que serão envolvidos todos os meios e vontades disponíveis.

Se quiser interagir com o Clube CHAPAS estão disponíveis os seguintes meios: chapas.clube.chapas@gmail.com; Telm.: 932 222 488 Facebook: chapas clube chapas

Estamos todos de parabéns, pois somos milhares no ativo e quicá outros tantos ligados à atividade seguradora por diversas outras formas, e o Clube CHAPAS sem saudosismos, regista o passado, imprime na sua ação inovação no presente e cria conhecimento integrado, sorrisos e admiração para o futuro. ■





Concurso FOTO FEBASE 2012  
Fotos apuradas no mês de agosto

Tema:  
**VIAGENS E DESTINOS**



"Cais da Palafita"  
Nuno Pinheiro



"Um rio para navegar"  
Maria Salvador



"Lagoa do Fogo"  
Carina Amaral



"Praia"  
Emanuel Pontes



"Metro"  
Rui da Cruz



"Espreitar Lisboa"  
Carla Alves



"Templos de Bangkok"  
José Canelas



"Norte sul"  
Fernando Santos



"Destino incerto"  
Nélio Cardoso



"Lisboa - Cais das Colunas"  
Alfredo Vicente



"Hóspede solitário"  
Cristina Mestre



"Estrada das tormentas"  
Paulo Pontinha

## Extratos dos SAMS e revistas do Sindicato por correio eletrónico

CONTAS CORRENTES		SALDO TOTAL		PRÓXIMA PRESTAÇÃO	
DATA REG.	DATA DOZ.	Nº DOCUMENTO	Nº CARTÃO	VALOR PRÓXIMA PRESTAÇÃO 2012-06	CRIAR
2012-06	2012-06-13	1156-022 LISBOA PORTUGAL		130,00	130,00

O SBSI já disponibiliza aos sócios e beneficiários-titulares dos SAMS a opção de receção de extratos combinados (Creben e participações) e das revistas "O Bancário" e "Febase", por correio eletrónico e em formato PDF.

O processo de adesão a esta modalidade é fácil e exige apenas que o interessado esteja registado no sítio do SBSI.

Caso não recorde o seu nome de utilizador e/ou palavra-chave, o inte-

ressado deve solicitar essa informação no sítio e a mesma ser-lhe-á enviada para a residência, após o que poderá inserir o seu e-mail e aderir a estes serviços.

As vantagens resultantes desta opção consistem na receção mais rápida da informação que lhe é útil, possibilidade de guardá-la no computador e, não menos importante, contribuir para a redução dos custos com portes de correio e impressão. ■

## Dia do Idoso em Palmela



A Secção Sindical de Reformados está a organizar um passeio/convívio a Palmela, a 20 de outubro, para comemorar o Dia do Idoso.

A concentração está marcada para as 9 horas, junto ao Jardim Zoológico, em Sete Rios, partindo o autocarro em direção a Brejos de Azeitão, onde será tomado o pequeno-almoço (facultativo).

Segue-se uma visita à Serra da Arrábida, no fim da qual o convívio prossegue com um almoço em São Brás, nas proximidades de Palmela. O preço do passeio é de 30 euros por pessoa e inclui a viagem em autocarro, almoço, acompanhamento por elementos do Secretariado Sindical de Reformados e seguro de acidentes pessoais.

Os interessados em participar no passeio devem inscrever-se no Secretariado organizador, através dos telefones 213 216 040/1/2/3. ■

## Futsal

## Agriteam é campeão dos Açores em veteranos

TEXTO: RUI SANTOS

A equipa do Agriteam foi a vencedora do torneio regional dos Açores, disputado entre 5 e 7 de outubro, no pavilhão do Clube Desportivo Internacional Vólei Açores, em São Roque.

Se fosse necessário criar um nome para este torneio de futsal, na vertente de "veteranos", nada melhor do que chamá-lo de "Torneio da amizade", pois foi o que mais predominou. De salientar que o árbitro não teve necessidade de exibir a cartolina amarela nem a vermelha.

O primeiro jogo, foi disputado entre as equipas do Agriteam, de Ponta Delgada, e de "Os Velhotes", da Horta, tendo a equipa anfitriã vencido por 4-0. No dia seguinte, a equipa da Horta voltou a jogar e com "Os Económicos", de Angra do Heroísmo, tendo perdido por 1-2. No último dia realizou-se o terceiro jogo, entre as equipas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, com nova vitória dos homens de São Miguel, desta feita por expressivos 6-0.



O troféu de melhor marcador foi atribuído a Luís Cabral, que fez três golos nos dois jogos em que participou. Quanto ao árbitro, João Moura, pode dizer-se que esteve excelente nas três arbitragens efetuadas.

A organização do torneio esteve a cargo de Afonso Quental e de Gilberto Pacheco, do Secretariado da Secção Regional de Ponta Delgada, de José dos Reis, do Secretariado de Angra, de Manuel Matos, da

Horta, e de José Vidigal, em representação da comissão organizadora do SBSI.

A equipa vencedora é treinada por Luís Lindo e constituída por Jaime Cabral, Eduardo Pereira, João Fonseca, Gualter Rodrigues, Carlos Medeiros, Emanuel Freitas, Rúben Andrade, Carlos Lopes, César Pinheiro, Luís Cabral e José Rebelo, que era o capitão, tendo Jorge Baptista como delegado. ■



